

REFÚGIO E COLONIZAÇÃO DO FUTURO: FRONTEIRAS ERGUIDAS NAS PALAVRAS

Fernando Resende

Departamento de Estudos Culturais e Mídia, Programa de Pós-graduação em
Comunicação, Universidade Federal Fluminense, Brasil

Fábio Ferreira Agra

Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal Fluminense, Brasil

RESUMO

Este trabalho propõe pensar a migração forçada para a Europa sob a perspectiva de uma narrativa jornalística ancorada em repetições e reiterações de determinadas palavras que, ao produzir sentidos, resultam em uma visão de mundo que estabelece a presença dos migrantes e dos refugiados como razão de uma desordem ao que está posto. Assim, buscamos entender que esse processo contribui para o que denominamos de colonização do futuro, a partir das ideias de Giddens (2002) e Gomes (2004). Neste processo, projeta-se uma ordem, através das palavras, baseada em um pensamento construído ao longo dos períodos de colonização europeia. Seus resquícios se acumulam e formam camadas que se desvelam nas narrativas jornalísticas e nas fronteiras. Ambas nos servem como metáfora e materialização dos conflitos e das relações de poder que impõe ao migrante e ao refugiado a condição do diferente, do “outro”. Queremos propor que há uma narrativa na/de fronteira no jornalismo que contribui para a produção de sentido no processo migratório que enseja pensar apenas por um dos lados da fronteira. Nesse cenário fronteiriço, pensá-lo sob o aspecto de uma colonização do futuro pelas palavras nos impõe o desafio de entender que o jornalismo também é construtor de um tempo inventado narrativamente. Para este trabalho, foram analisados textos do jornal brasileiro *Folha de São Paulo* publicados entre setembro e dezembro de 2015, momento em que houve um maior aprofundamento dos debates acerca do refúgio na Europa. O recorte para a análise seguiu a partir das palavras refugiados, fronteiras e controle.

PALAVRAS-CHAVE

colonização; jornalismo; narrativa; refugiados; tempo

REFUGEE AND COLONIZATION OF THE FUTURE: BORDERS BUILT BY WORDS

ABSTRACT

This paper aims to think the forced migration to Europe under the perspective of a journalistic narrative which is based in repetitions and reiterations of words. When they produce meaning it results in a strait view where the migrant and refugee are the reason of disorder. Thus, we try to grasp how this process contributes to what we called colonization of the future, according to Giddens (2002) and Gomes (2004) concepts. In this process, an ordering is projected through the words based on a thought built during the European colonization. Its reminiscence is accumulated and form layers that appear in the journalistic narratives and on the borders. Narratives

and borders are the metaphor and materialization of the conflict that impose to the migrant and to the refugee the condition of the difference, the condition to be the “other”. We propose that there is a journalistic narrative on the border that contributes to the production of meaning which its result is to discuss just for one perspective or just for one side of the borders. In this border scenery, thinking about a colonization of the future by the words lead us to understand that the journalism is also a constructor of invented time. To this paper, it was analysed some news from Brazilian newspaper *Folha de São Paulo* that were published between September and December 2015. There was in that moment a deeper debate concerning the refugees in Europe. We analysed the news from some keywords as refugees, borders and control.

KEYWORDS

colonization; journalism; narrative; refugees; time

INTRODUÇÃO

A palavra “refugiados” ou o termo “migrantes ilegais” têm sido de alguma forma um invólucro utilizado amplamente pelos meios de comunicação, em especial pelo jornalismo, para condensar ou agrupar dentro do mesmo espectro os sujeitos que foram obrigados a se deslocar de maneira forçada por razões de conflitos, guerras, perseguições e situações de vulnerabilidade. Tais nomes são usados para se referir às pessoas que estão nas fronteiras da União Europeia com a Turquia ou no mar Mediterrâneo e nas fronteiras entre México e Estados Unidos, respectivamente. Ao mesmo tempo, ao caracterizar esse invólucro permeado de pessoas que buscam sobrevivência, inserem-se debates que circunscrevem a necessidade de ordem e segurança aos países que poderiam acolhê-los. Ao tomar tal direcionamento, essas narrativas jornalísticas emulam pedras sobre os muros fronteiriços já existentes, assim escamoteando as fronteiras como possíveis espaços de passagem.

Alastrando mais ainda essa problematização, pensamos que esse tipo de narrativa é construído a partir da característica jornalística de disciplinar o nosso olhar para os acontecimentos que são postos, concomitantemente, em visibilidade e vigilância (Gomes, 2009). Nesse sentido, observa-se a prevalência da reiteração de palavras e expressões que ao mesmo tempo conotam medo e insegurança em relação aos que tentam atravessar as fronteiras, como também indicam uma ideia de uma colonização do futuro (Giddens, 2002; Gomes, 2004). O que pretendemos refletir sobre colonização do futuro pela palavra diz respeito a esta reiteração de narrativas que resultam em uma atualização das relações de poder que se engendraram em outro momento histórico, mas que são corroboradas, mantidas e com potencial de se prolongar.

Para essa narrativa que denominamos de colonização do futuro, propomos então que há também nesse debate uma amálgama do passado colonial europeu que se desvela nos ecos propulsionados pelos textos de imprensa. Destrinçar as narrativas no campo do jornalismo, onde ele próprio e suas fontes disputam a produção de sentido, com o olhar direcionado para as fronteiras em tempos de migração e refúgio, implica também pensar como os resquícios da colonização europeia são catalisados para o ordenamento

das visões de mundo. A fronteira que mantém refugiados e migrantes à margem nos serve, então, como metáfora e materialização dos conflitos e dessas relações de poder que se apresentam através da diferença colonial (Mignolo, 2005).

Nesse sentido, colonizar o futuro através da narrativa relaciona-se com o ordenamento de mundo construído sob um viés que se forjou ainda em tempos de colonização. E esta narrativa se quer como ferramenta de poder que ainda disciplina nosso olhar sobre o mundo desta forma. À luz dos conceitos de colonização do futuro e diferença colonial, problematizamos nos textos jornalísticos as relações de poder que se deram nas fronteiras durante os deslocamentos forçados para a Europa em 2015, especificamente entre setembro e dezembro daquele ano. Queremos propor que há uma narrativa na/de fronteira no jornalismo que contribui para a produção de sentido no processo migratório que enseja pensar apenas por um dos lados da fronteira, onde põe o migrante e o refugiado como sujeitos que desordenam o que está posto socialmente.

DOS RESQUÍCIOS DA COLONIZAÇÃO PARA UMA SOCIEDADE DE CONTROLE

As relações assimétricas de poder que se desenvolvem nas fronteiras ou em outros espaços de controle podem ser potencializadas quando os meios de comunicação, em especial o jornalismo, objeto de análise deste trabalho, reiteram narrativas que pretendem ordenar o mundo de acordo com visões consolidadas. Nesse sentido, refletimos sobre as narrativas produzidas em espaços de contenção aquando do fluxo migratório de pessoas que foram forçadas a deixar seus lares e seus países para buscar refúgio em outro território, ao passo que se deparavam com cercas, muros e aparatos de controle que os impediam de prosseguir.

Dentre os mais de 70 milhões de pessoas que se deslocam de maneira forçada nessa segunda década do século XXI, as que se aportaram nas fronteiras europeias têm recebido importante destaque na cobertura midiática a partir de 2015¹, inclusive pela imprensa brasileira. São pessoas em busca de refúgio de países da África, do Oriente Médio, especialmente da Síria, e da Ásia, territórios que foram colonizados ou sofreram agenciamentos de potências europeias ou dos Estados Unidos nessas duas primeiras décadas, como foram o Iraque e o Afeganistão².

Pensando na perspectiva de que os corpos dos migrantes que buscam refúgio na Europa são oriundos de países outrora colonizados, especialmente da África, ou que sofreram fortes ingerências políticas e econômicas, como os países do Oriente Médio, remetemo-nos a Mignolo (2005, p. 36) e Quijano (2002, p. 4), para quem os resquícios

¹ O relatório anual *Global trends: forced displacement in 2018*, da agência da ONU para os refugiados (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados [ACNUR]), apontava para mais de 70 milhões de pessoas deslocadas de maneira forçada, sendo 25,9 milhões de refugiados, em 2018 (ACNUR, 2019). Três anos antes, em 2015, o relatório anual *Global trends: forced displacement in 2015* indicava que número de pessoas deslocadas de maneira forçada alcançava 65,3 milhões, com 21,3 milhões de refugiados (ACNUR, 2016).

² Em 2015, Síria e Afeganistão eram os dois países, respectivamente, que mais produziram refugiados. A guerra na Síria desencadeada em 2011 trouxe em seu rastro 4,9 milhões de refugiados, enquanto havia uma estimativa de 2,7 milhões de afegãos com *status* de refúgio (ACNUR, 2016).

da colonização europeia, que inaugura a modernidade/colonial a partir do século XVI com o “circuito comercial do Atlântico”, se perpetuam ainda através do que eles chamam de “diferença colonial” ou “colonialidade do poder”, respectivamente³. Esses conceitos podem ser entendidos como uma tentativa de subalternizar sujeitos a partir de uma classificação racial/cultural feita por quem detém o poder, seja político, econômico ou epistêmico, em que a concepção do tempo e modernidade são fundamentais para que permaneça a fenda que separa a Europa dos seus outrora colonizados. De acordo com Mignolo (2017, p. 8) “a lógica da colonialidade (...) passou por etapas sucessivas e cumulativas que foram apresentadas positivamente na retórica da modernidade: especificamente, nos termos da salvação, do progresso, do desenvolvimento, da modernização e da democracia”. Com isso estabeleceu-se um tempo linear para marcar quais sociedades já haviam passado por estágios de avanço e quais estavam atrasadas dentro da retórica da modernidade. O sociólogo Zigmunt Bauman (2006), ao se referir à Europa como uma aventureira que alcançou seu poder no mundo inteiro, enfatizava que ao final do século XX a sua missão concluída

mostrou ser a difusão global do impulso compulsivo, obsessivo e vicioso de ordenar e reordenar (codinome: modernização) e uma pressão irresistível a degradar e eliminar os modos antigos e atuais de viver e ganhar a vida, privando-os de seu valor em termos de sobrevivência e de sua capacidade de realçar a existência (codinome: progresso econômico). (Bauman, 2006, p. 21)

Nesse sentido para Bauman (2006), em contraste com a modernização europeia, há os “retardatários da modernidade”, que passaram a produzir excedente populacional e, conseqüentemente, refugiados, como “consequência imprevista (...) do sucesso mundial da missão europeia”:

centenas de milhares de pessoas são expulsas de seus lares, assassinadas ou forçadas a fugir de seus países destruídos e devastados. Talvez a indústria mais florescente nas terras dos retardatários (tortuosa e fraudulentamente apelidadas de “países em desenvolvimento”) seja a produção em massa de refugiados. (Bauman, 2006, pp. 23-24)

A estratificação, a partir de denominadores que tentam atribuir ao outro um lugar fixo e com isso estabelecer suas diferenças e seus estágios dentro desse tempo inventado, é uma característica da colonialidade, que “dá conta de um dos elementos fundantes do atual padrão de poder, a classificação social básica e universal da população do planeta em torno da ideia de ‘raça’” (Quijano, 2002, p. 4). Em outras palavras, “a colonialidade do poder é o eixo que organiza e continua organizando a diferença colonial” (Mignolo,

³ Ao final do século XV, Mignolo diz que começa a surgir a ideia da diferença (exterioridade) quando em 1492 se dá a derrota dos mouros, a expulsão dos judeus da península Ibérica e a expansão atlântica (Mignolo, 2017). Desde então, mouros, judeus, ameríndios e escravos africanos “passaram a configurar, no imaginário ocidental cristão, a diferença” (Mignolo, 2005, p. 35).

2005, p. 36), e que a transforma “em valores e hierarquias: raciais e patriarcais, por um lado, e geopolíticas, por outro”, como ressalta Mignolo (citado em Gallas, 2013)⁴.

Nesse sentido, as barreiras nas fronteiras aos migrantes e refugiados são ferramentas da colonialidade do poder e da diferença colonial, pois elas existem para separar, o que no fim das contas serve para delinear as diferenças de quem está do outro lado. Pensando com Grosfoguel (2007) quando se refere às divisões da força de trabalho internacional no sistema-mundo capitalista⁵, nos atrai refletir que a expansão da estrutura desse sistema se dava através de uma hierarquia ancorada também no racismo, seja biológico, que enquanto discurso foi sustentado entre os séculos XV e XIX, ou cultural. Para o autor, após a Segunda Guerra Mundial houve uma mudança na formação global racial/colonial em que o discurso de uma inferioridade genética do “outro” entra em crise na Europa e é substituído pelo discurso do racismo cultural. Esse “outro” passa a ser identificado a partir de categorias que dizem menos sobre características genéticas e mais sobre sua origem étnica. O racismo cultural se torna parte da nova geocultura do sistema-mundo capitalista e passa a gravitar sobre sujeitos outrora colonizados. Grosfoguel (2007, p. 11) diz que a ideia de racismo cultural assume que a cultura metropolitana é diferente da cultura das minorias étnicas, entendendo estas diferenças de maneira absoluta e essencialista. O autor ainda acrescenta que o racismo cultural se articula sempre em relação aos discursos de pobreza, de oportunidades nos mercados de trabalho e de marginalização.

Os corpos desses migrantes que estão atrelados às estruturas desse sistema-mundo capitalista e que permanecem colonizados devido à sua localização subordinada ao mercado de trabalho metropolitano e sua continuada representação estereotipada no imaginário euro/americano, como afirma Grosfoguel (2007, p. 13), são os mesmos corpos dos migrantes forçados e refugiados que compartilham esse esteio do racismo cultural e da concepção linear de um tempo inventado pela modernidade. Desta forma, ao pensarmos sobre a migração forçada e a busca por refúgio, encontramos um aprofundamento das assimetrias nas relações de poder em que a diferença colonial, a colonialidade do poder e o racismo cultural são evidenciados através dos rígidos controles fronteiriços e do que Mbembe (2018) denomina de sociedade do enclausuramento.

Mbembe (2018, p. 53) pontua que estamos vivenciando uma sociedade onde “o Estado securitário concebe a identidade e o movimento dos indivíduos (inclusive seus cidadãos) como fontes de perigo e de risco”, e no contexto anti-imigratório na Europa, como ainda afirma, “categorias inteiras da população são indexadas, depois submetidas a diversas formas de designação racial, que fazem do migrante (legal ou ilegal) a figura de uma categoria essencial da diferença”, que para Mbembe pode ser entendida como “cultural ou religiosa, além de linguística, e se pressupõe que esteja inscrita no próprio corpo do sujeito migrante, onde se dá a ver nos planos somáticos e até mesmo genético”.

⁴ O conceito de diferença colonial proposto por Mignolo é explorado pelo autor também em uma entrevista concedida a Luciano Gallas e publicada em 2013 pela *Revista do Instituto de Humanitas Unisinos On-line* no Brasil (Gallas, 2013).

⁵ A ideia de sistema-mundo capitalista é pontuada por Grosfoguel (2007) a partir de Wallerstein (1979) e diz respeito à divisão internacional do trabalho entre centros, periferias e semi-periferias, o que implica diferentes formas de trabalho e estruturas políticas. Nesse sistema, as formas coercivas de trabalho se desenvolvem, especialmente, nas periferias (Wallerstein, 1979, citado em Grosfoguel, 2007).

Ainda pensando com Mbembe (2018, p. 54), essas configurações e categorizações são o reflexo de um mundo contemporâneo “modelado e condicionado profundamente por essa forma ancestral da vida cultural, jurídica e política que são a clausura, o cerceamento, o muro, o campo, o cerco e, no fim das contas, a fronteira”. Voltemos a citar Bauman (2006) que diz que esse tipo de controle é um modelo centrípeto pouco experimentado pela Europa, mas que condiz com uma postura que busca evitar uma migração em massa dos “retardatários da modernidade”:

por enquanto, a Europa e seus filhotes/postos avançados (como os Estados Unidos ou a Austrália) parecem buscar a resposta de problemas estranhos em políticas igualmente estranhas, dificilmente praticadas na história europeia. Políticas voltadas para dentro, e não para fora, centrípetas e não centrífugas, implosivas em vez de explosivas – tais como entrincheirar-se, fechar-se, construir cercas equipadas com uma rede de máquinas de raios x e câmeras de TV de circuito fechado, colocar mais agentes dentro das cabines de migração e mais guardas de fronteira fora delas, tornar mais restritivas as leis de imigração e naturalização, manter os refugiados em campos isolados e estritamente guardados e impedir a chegada de outros antes que eles tenham a chance de reivindicar o status de refugiado ou pessoa em busca de asilo – em suma, lacrar os seus domínios contra as multidões que lhes batem às portas enquanto fazem muito pouco, se é que alguma coisa, para aliviar essa pressão eliminando as suas causas. (Bauman, 2006, pp. 24-25)

Contra esse modelo, as migrações servem como resistência aos atavismos que insistem em permanecer e produzir um corpo que só se torna mais visível e possível de uma existência que cause desconforto quando se está diante de quem o inventou como indesejado, de quem atribuiu a esse corpo ser passível de controle, exclusão, expulsão ou erradicação. Esse corpo, do migrante ou do refugiado, que agora incomoda, alude àquele outro que Hannah Arendt (2016, p. 293) identificou em 1940, em uma Europa já corroída pela guerra, quando apontou que as minorias, como os judeus, se tornaram párias aos Estados-nação e que o processo de integração na Europa e reorganização dos povos, fruto ainda da Revolução Francesa, havia chegado ao fim: “ninguém mais pode ser incluído. De fato, agora temos o processo revertido: a soma de grandes massas de pessoas e seu rebaixamento a párias”.

É possível redesenhar esse quadro dentro do mesmo sistema em que os laços culturais, de identidade e ainda de Estado-nação se apresentam como vetores que ordenam as integrações e trânsito das pessoas. Assim, estendemos o pensamento de Arendt à crise migratória, onde seus sujeitos representam atualmente tais párias à Europa. Essa distinção não se irrompe, obviamente, devido ao atual fluxo migratório, mas ela é realçada e atualizada dentro de relações erguidas e consolidadas historicamente. O encontro disjuntivo entre migrantes que foram forçados a abandonar seus lares e os países que poderiam recebê-los sintomatiza as relações que se deram com a colonização e

descolonização dos países da África e do Oriente Médio quando submetidos à política europeia de exploração desses territórios e de sua gente.

O impedimento de entrada no continente europeu ou políticas que ensejam o controle de migrantes desde sua partida ainda em seus países de origem se apresentam como a evocação da memória colonizadora da Europa, particularmente, e é ela que acende o debate sobre a chamada crise migratória, pois, a travessia pelo Mediterrâneo traz esse influxo de pessoas que carregam consigo os corpos negros e árabes e seus territórios outrora marcados pela pilhagem colonial. O mar Mediterrâneo e as fronteiras vão se tornando lugares de memória (Nora, 1993) em seu sentido simbólico e material ao ser travessia, rememoração e cemitério.

Tomando ainda emprestada a ideia de lugares de memória de Nora (1993, p. 12) quando diz que esses lugares “são, antes de tudo, restos”, alargamos esse entendimento para dizer que é dos restos produzidos em tempos de colonização que erigem o influxo migratório. Homi Bhabha (1998, p. 26) apontava para essa questão quando disse que “a metrópole ocidental deve confrontar sua história pós-colonial, contada pelo influxo de migrantes e refugiados do pós-guerra, como uma narrativa indígena ou nativa *interna à sua identidade Nacional*”. Em outras palavras, podemos dizer que migrantes e refugiados são partes constituintes da Europa. A herança de sua pilhagem e colonialismo sobre os territórios volta agora abrigada nos corpos dos que se lançam no Mediterrâneo ou nas fronteiras entre Turquia e Grécia.

Nesse sentido, a origem cultural/racial de quem se desloca tem se refletido no tratamento dispensado nas fronteiras europeias a essa população que busca refúgio. A diferença colonial e a colonialidade de poder continuam ordenando e justificando o cerceamento ao deslocamento desses migrantes. Assim, esta crise migratória joga luz à sombra dessas relações que se forjaram de forma violenta nos últimos quatro séculos.

ACONTECIMENTO E A RUPTURA DA ORDEM

O enclausuramento apontado por Mbembe (2018) é corroborado por Rogério Haesbaert (2009) quando reflete sobre a sociedade de controle que se vive através das contenções territoriais, principalmente, aos migrantes. Nesse sentido, os Estados exercem o poder de controlar com seus aparatos os movimentos migratórios em nome da segurança ou da xenofobia⁶. Nessa mesma direção, as narrativas midiáticas exercem um papel fundamental para este debate, pois é através delas que estes conflitos emergem a seu público e são desvelados. No entanto, assim como é necessário problematizar as relações de poder que contribuem para as políticas anti-imigratórias, é preciso também analisar o papel dos meios de comunicação, em especial o do jornalismo, dentro das assimetrias de poder e de representações.

Seguimos o pensamento de Mayra Gomes (2009) que identifica o jornalismo como um dispositivo de controle disciplinar onde a visibilidade dos acontecimentos é traçada

⁶ A fronteira entre Grécia e Turquia se tornou um espaço para demonstrações que vão nessa direção. As notícias sobre queima de abrigos por alguns moradores gregos e o uso de força policial contra quem está do outro lado da fronteira, como as que ocorreram entre o final de fevereiro e início de março de 2020, nos revelam tais tensões. Ver “Moradores gregos queimam centro de acolhida para impedir que refugiados o utilizem” (2020).

a partir de um olhar que tenta disciplinar um outro olhar, estabelecendo nesse ínterim graus de importância a serem dados aos eventos que criam desordem. Dessa forma, ao mesmo tempo em que se dá visibilidade se vigia.

Antes de qualquer seleção dada, perguntamo-nos sobre o que é importante e para quem o é. A importância, assim como implica escolha, ou a escolha segundo o *dado a ver* de uma época e lugar, serve de baliza para o que é apontado como a verdade do que é posto em visibilidade. Sendo a importância não o fato em si, mas sua implicação na rede institucionalizada, qualquer investigação, qualquer vigilância, faz o desenho do espaço a ser vivenciado procurando lei e ordem e, dessa forma, disciplinando naquilo que ela procura. (Gomes, 2009, p. 2)

Para a autora, o jornalismo “aponta os temas a serem privilegiados, em outras palavras, os temas a que seu público deve dar atenção. Seus relatos anunciam, implicitamente, aquilo que é importante para a vida dos leitores” (Gomes, 2009, p. 2). Nesse sentido, é importante salientar que a temática do refúgio se torna mais frequente no noticiário quando ela aponta à Europa com maior intensidade em 2015⁷. Naquele ano, cerca de quatro mil pessoas morreram ou desapareceram no mar Mediterrâneo (ACNUR, 2016)⁸. As mortes e o fluxo de embarcações e milhares de pessoas em direção ao continente levaram a União Europeia a adotar medidas, como a distribuição de migrantes e refugiados a outros países do bloco, para além da Itália e Grécia, assim como um maior controle nas suas fronteiras. Nessa esteira, acendeu o debate sobre ajuda humanitária e segurança (Georgiou & Zaborowski, 2017).

A crise humanitária que se alojava em países em desenvolvimento havia, enfim, chegado à Europa e ao noticiário internacional. Em 2015, pouco mais de um milhão de pessoas em condições de refúgio passaram pelas fronteiras do continente. No entanto, em comparação com outros territórios, somente na Turquia eram 2,5 milhões de refugiados. Na Alemanha, país com mais pedido de refúgio dentro da Europa, constavam 316 mil refugiados e mais 420 mil pessoas com pedido em análise (ACNUR, 2016). Antes, em 2013, quando a curva dos dados sobre os deslocamentos de maneira forçada no mundo começava a se tornar ascendente, saltando de 45,2 (em 2012) para 51,2 milhões (em 2013), somente no Paquistão havia um milhão e seiscentas mil pessoas na condição de refugiadas, um pouco mais do total que entrou na Europa em 2015 e quase o total do que havia em toda Europa em 2013 (1,7 milhão) (ACNUR, 2013, 2014). Em 2014, três países estavam na lista dos que tinham mais de um milhão de refugiados em seus territórios: Turquia (1.587.374), Paquistão (1.505.525) e Líbano (1.154.040) (ACNUR, 2015). Sobre o Líbano há um registro importante: a cada 1.000 pessoas, 183 eram refugiadas

⁷ Em uma busca pelo termo “refugiados” no jornal brasileiro *Folha de São Paulo* entre 2011, ano em que inicia a guerra na Síria, e 2015, temos uma quantidade maior de publicações com esse termo em 2015. Em 2011 foram 453; 2012 - 355; 2013 - 306; 2014 - 306; e 2015 - 527.

⁸ Em seis anos (2014-2020), ao menos 20 mil pessoas morreram em travessias pelo Mediterrâneo segundo a Organização Internacional para a Migração (OIM). Ver “Mais de 20 mil migrantes morreram em travessias no Mediterrâneo desde 2014” (2020).

em 2015. Naquele ano, como comparação, a cada 1.000 pessoas na Jordânia, 87 eram refugiadas, na Turquia, a cada 1.000 pessoas 32 eram refugiadas, e na Suécia, nono país entre os 10 países que mais recebiam refugiados proporcionalmente à sua população, e único país europeu a figurar entre os 10 nesse critério, a cada 1.000 pessoas, 17 eram refugiadas. Além disso, em 2015, os países em desenvolvimento acolheram 86% do total de refugiados no mundo (ACNUR, 2016).

Esses dados nos encaminham para problematizar o momento em que a “crise de refugiados” ou “crise migratória” se torna um acontecimento para o jornalismo, deixando de estar situada apenas na invisibilidade da África e de alguns países da Ásia e Oriente Médio que têm vivenciado há alguns anos o deslocamento forçado, tanto como países que produzem refugiados quanto como países que recebem. O acontecimento na acepção que propomos é o de um fenômeno percebido e a ser interpretado e configurado em significações para que outros o reinterpretem. Nesse sentido, o acontecimento é a configuração da desordem em ordem, é a aplicação de uma visão que produz sentido aos fenômenos. Charaudeau (2006, p. 100) diz que o processo *evenemential*, ou de interpretação, se dá através da modificação, percepção e significação dos fenômenos, ao passo que a primeira condição é a de que “alguma coisa cause uma ruptura na ordem estabelecida e provoque um desequilíbrio nos sistemas que fundam essa ordem”. Seguindo este mesmo raciocínio, Muniz Sodré (2012) diz que o acontecimento, quando relacionado com a informação midiática, o que nos interessa nesse trabalho,

é uma modalidade clara e visível de tratamento do fato, portanto, é uma construção ou uma produção do real, atravessada pelas representações da vicissitude da vida social, o que equivale a dizer tanto pela fragmentação às vezes paradoxal das ocorrências quanto pelos conflitos em torno da hegemonia das representações. (Sodré, 2012, pp. 36-37)

As centenas de embarcações que partiam do norte da África para atravessar o mar Mediterrâneo e chegar à Europa ou os migrantes e refugiados que seguiam da Turquia para a Grécia causaram essa ruptura na ordem estabelecida europeia e, por extensão, no campo midiático. Nessa esteira, ao ordenar o acontecimento, o jornalismo se utiliza de seus filtros para representá-los, o que sugere um olhar inerente às suas construções sócio-históricas. Assim, a narrativa jornalística está imbuída de paradoxo ao organizar o caos ao mesmo tempo em que em sua representação há faltas (Resende, 2017).

Como uma instância de enunciação na qual se deflagram lutas e relações de poder, o jornalismo é aqui entendido como uma prática cultural-discursiva, sujeita a alterações no tempo/espaço em que acontece. O que nele há de fixo são suas regras discursivas, estratégias e técnicas que visam a referencialidade do fato que narra. Sob a perspectiva da narrativa, porém, o que se instala é um paradoxo: a organização do caos cotidiano – a tarefa que é premente ao exercício do jornalismo – não é garantia de uma representação fidedigna. (Resende, 2017, p. 107)

Dessa forma, intuímos que a chamada crise migratória ou de refugiados, que abarca o mundo todo e se espalha em múltiplos fluxos, só se caracteriza como potência para a desordem e passa a “existir”, aos olhos de quem a reporta, ao considerarmos de onde ela parte e para onde ela vai. É nesse paradoxo de organizar e representar com faltas que a narrativa jornalística se inscreve também como mecanismo de disciplina e construtor de tempos e da “existência”.

A PALAVRA COMO ORDENAÇÃO E COLONIZAÇÃO

É importante salientar que as palavras, ferramenta de trabalho do jornalista, são signos ideológicos (Bakhtin, 2010) e ao produzirem sentido se expandem. Assim, há palavras que se instituem como dispositivos que a partir de sua repetição e reiteração são lançadas para respaldar pensamentos que se acumulam sobre outros escombros, tornando-se palavras de ordem, como bem diz Mayra Gomes:

primeiramente, o conteúdo já dito só pode instalar-se e fixar-se via repetição, via comunicado que reitera alguns sentidos. Por outro lado, a repetição, ou a redundância como frequência, trabalha inerte na cristalização desses conteúdos por ela mesma colocados. Desse modo a comunicação e os comunicados têm que funcionar de duas maneiras: uma que se distende, se desloca, e outra que se redobra sobre si mesma; uma que inaugura, outra que eterniza. A que inaugura não pode ser trabalhada do nada, ela é sempre, e ainda, redundância em relação aos escombros que lhe fazem fundo. Funciona como uma construção sobre ruínas. A que cristaliza, a que refunda o campo é propriamente o que entendemos por palavra de ordem. (Gomes, 2004, pp. 85-86)

Destarte, há um caráter disciplinador que os meios de comunicação exercem ao nos apresentar palavras de ordem (Gomes, 2004, 2009, 2018) que nos ajudam a organizar o mundo ao mesmo tempo em que as palavras utilizadas, em sua repetição, nos mantêm atrelados aos paradigmas e construções difíceis de serem rompidas. Se apoiando em Deleuze e Foucault no que diz respeito às palavras de ordem e dispositivos disciplinares, respectivamente, Gomes (2018) aponta que estes são dois caminhos que se correlacionam através da linguagem como suporte para a produção de discursos, como também para a internalização e reprodução de um ordenamento do cotidiano.

Ainda pensando com Gomes (2018, pp. 41-42), a autora nos alerta para que seja necessário prestarmos atenção à reincidência com certas palavras que são propagadas frequentemente pela mídia “pelo prisma de *dispositivo disciplinar*, da palavra dada como ordenação” e que deveríamos “examiná-las não como esterilidade da repetição, da realidade vivida como esgotamento. Deveríamos tomar o caminho inverso: as palavras como circunscrição de campo, definição e ordenação numa abordagem específica que é construção da realidade e que, uma vez educativa, pede reiteração”. A palavra como signo ideológico contribui para criar um ciclo de realidade que se apresenta moldada.

Continuemos com Gomes quando ressalta

que uma palavra não seja simples representação do real, ou mero instrumento para pensar, tanto linguística quanto semiótica encarregaram-se de demonstrá-lo, propondo-nos a noção de apresentação do real e de um pensar que se modela pelas palavras. Somos então confrontados com a operação de demarcação que as palavras operam, recorte a partir do qual um segmento se abre a construções imaginárias, a produções sociais, mecanismo de produção, sobretudo à possibilidade de disciplina e controle. (Gomes, 2018, p. 42)

Com o entendimento de uma realidade produzida pela palavra, afirmamos que a repetição além de acumular resquícios, também insinua o que está por vir, coloniza o futuro (Giddens, 2002; Gomes, 2004) numa tentativa de prevenir a desordem e os riscos. Repetir e colonizar se sustentam no deslizar das palavras e são ferramentas de dominação. Em duas perspectivas que se assemelham, a colonização do futuro é definida por Gomes (2004), por um lado, como um ato de fala em que se associa, através da repetição e fixação, a projeção de futuro que pode realizar-se ou não em ações que se espera. Por outro lado, Giddens (2002) diz que para se prevenir de riscos, a sociedade toma medidas que se salvaguardam das ameaças iminentes.

Pensando nessas perspectivas, as palavras lançadas controlam, disciplinam e buscam prevenir a desordem. Assim, acrescentamos que a colonização do futuro indica também um aprisionamento de uma temporalidade que se constituiu ainda no passado e que seus escombros continuam regendo o futuro. Esta temporalidade está intrinsecamente vinculada ao tempo humano, criado pela linguagem, pela narrativa (Ricoeur, 1994). Ancoramo-nos novamente em Mignolo (2011) para quem o início da modernidade marca uma colonização não só do espaço, mas também do tempo, ao se narrar e construir o passado a partir de uma linearidade temporal que dicotomiza o que é moderno e o que não é. Para Mignolo (2011, p. 160), enquanto a modernidade foi estabelecida a partir da invenção de outros tempos, como Idade Média e Antiguidade, deu-se a colonização do tempo em que sua concepção significa que as diferenças culturais passaram a ser classificadas de acordo com sua proximidade com a modernidade.

Ao transportarmos a palavra colonizar, maleável e sem a conotação de ação sobre o solo, sobre a terra (Bosi, 2014), para que a leitura de seu signo indique ação que se desenrola no tempo através da narrativa que se expande, queremos incorporá-la às práticas jornalísticas ao compreendermos que suas narrativas quando eivadas de repetição e reiteração produzem efeitos para além do presente. Neste caso, ao contrário de uma colonização somente do tempo passado, seus efeitos são projetados para dominar um futuro próximo. Narrar os acontecimentos do presente é também inscrever e projetar seus possíveis efeitos que podem causar interferência em uma ordem estabelecida.

Anthony Giddens (2002, p. 117) ao tratar, como o autor denomina, da consciência de “riscos de alta consequência” modernos, a partir da colonização do futuro, nos conduz para a produção permanente da realidade onde é sempre preciso domar o presente

para prever riscos de alguma natureza. Giddens (2002, p. 117) afirma que o “risco se refere a acontecimentos futuros – ligados às práticas presentes – e portanto a colonização do futuro abre novas situações de risco, algumas das quais institucionalmente organizadas” e que os riscos de alta consequência “constituem um segmento do generalizado ‘clima de risco’ característico da modernidade tardia – que se caracteriza por mudanças regulares nas reivindicações ao saber mediadas pelos sistemas especializados”.

Ao direcionarmos o pensamento de Giddens para a crise migratória, o fechamento das fronteiras como estratégia para frear a entrada de migrantes é a imposição de uma narrativa que resvala na imprensa e que pretende evitar os “riscos de alta consequência”. É a produção de um “medo oficial” (Bauman, 2006) que sutilmente implica em um medo do “outro”, do terrorismo, da barbárie. Em outras palavras, podemos entender o jornalismo como um mediador de um sistema especializado que nos aponta o que está fora de ordem e que está assentado em um esteio que reitera narrativas anteriores.

Algumas notícias caminham nessa direção. No segundo semestre de 2015, dois acontecimentos e suas consequências talvez estejam ligados ao aumento no número de publicações do jornal *Folha de São Paulo* sobre os refugiados na Europa. O primeiro diz respeito à morte da criança Síria Alan Kurdi, cujo corpo foi encontrado em uma praia da Turquia em 02 de setembro. O outro está ligado aos atentados de Paris em 06 de novembro. Ambos acontecimentos ampliaram o debate sobre o acolhimento de refugiados na Europa. Enquanto no primeiro caso houve comoção ao ter uma criança que morreu ao buscar refúgio da guerra na Síria, no outro houve debates acerca de quem eram os migrantes que buscavam refúgio na Europa (Georgiou & Zaborowski, 2017). No Brasil, entre setembro e dezembro, a *Folha de São Paulo* publicou em sua editoria Mundo 310 textos que continham a palavra “refugiados”, o que corresponde a mais de metade do que foi publicado durante todo o ano (527), embora nem todos esses textos fossem especificamente sobre refúgio na Europa.

Nesses quatro meses de publicação, palavras como fronteiras e controle foram atreladas 26 vezes aos textos sobre refugiados. Nossa busca no portal de notícias da *Folha de São Paulo* se deu através dessas três palavras-chave: “refugiados”, “fronteira” e “controle”. Dentro do que estamos pensando como colonização do futuro pela palavra, a matéria publicada em 04 de dezembro de 2015 e intitulada “Refugiados e risco de ataques levam UE a rever controles de fronteira”⁹ talvez seja emblemática para nos pôr em contato com as outras matérias que a antecederam e que traziam uma projeção sobre os possíveis riscos. Aqui tanto se reforça os escombros do passado como coloniza o futuro.

Em seu título, “refugiados” e “risco de ataques” se apresentam como razões de controle fronteiro. Embora tenham significados distintos, elas estão indubitavelmente postas sob a acepção de perigo. O texto que inicia a matéria segue nesta linha e contribui para disciplinar o nosso olhar sobre os refugiados e o terrorismo como esferas que gravitam muito próximas uma da outra e que, por esta razão, a segurança nas fronteiras é uma medida que pode arrefecer estas ameaças.

⁹ Ver <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/12/1714958-refugiados-e-risco-de-ataques-levam-ue-a-rever-controles-de-fronteira.shtml>

Em meio às dificuldades de controlar o intenso fluxo de refugiados e migrantes e à ameaça de terrorismo que paira sobre o continente desde os atentados em Paris, a União Europeia (UE) inicia um debate sobre o controle de suas fronteiras e o sistema de livre circulação entre os países do bloco.

Aqui já há uma reiteração de outras publicações, como estas: “Reação a ataques ameaça livre movimento de pessoas pela Europa” (21 de novembro)¹⁰; “Suécia estabelece controle provisório de fronteiras para conter imigração” (12 de novembro)¹¹; “Eslovênia começa a erguer cerca na fronteira para controlar fluxo” (11 de novembro)¹²; “Plano de cotas trava, e Europa cria barreiras à entrada de refugiados” (14 de setembro)¹³; “Hungria barra refugiados na véspera de elevar pena para imigração ilegal” (14 de setembro)¹⁴; “Alemanha decide restabelecer controle de fronteira ante onda de refugiados” (13 de setembro)¹⁵; “União Europeia planeja fundo de 1,8 bilhão para conter migrações” (08 de setembro)¹⁶; “Crise de refugiados põe em xeque o espaço único europeu” (02 de setembro)¹⁷.

Nesse sentido, pensamos que as reiteraões discursivas sobre a necessidade de fechar fronteiras e controlar a entrada de imigrantes e refugiados são postas concomitantemente ao atrelar a estas populações os riscos que elas poderiam trazer à Europa. Esse debate é corroborado pela imprensa ao discutir estas perspectivas a partir de quem se sente ameaçado e lança a narrativa. Em continuidade à matéria “Refugiados e risco de ataques levam UE a rever controles de fronteira”, o texto segue enfatizando os riscos que estão postos à livre circulação na Europa, inclusive à própria perda da mobilidade entre seus cidadãos.

O princípio de livre circulação de pessoas entre os países do bloco vem sendo posto em xeque com a crise de refugiados e migrantes, que chegam à Europa fugindo da pobreza e de conflitos armados.

Nos últimos meses, diversos países restabeleceram o controle de suas fronteiras, e nações como Hungria e a Eslovênia ergueram cercas sobre suas fronteiras para controlar o fluxo de pessoas.

¹⁰ Ver <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/11/1709415-reacao-a-ataques-ameaca-livre-movimento-de-pessoas-pela-europa.shtml>

¹¹ Ver <https://m.folha.uol.com.br/mundo/2015/11/1705347-suecia-estabelece-controle-provisorio-de-fronteiras-para-conter-imigracao.shtml>

¹² Ver <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/11/1704823-eslovenia-comeca-a-erguer-cerca-na-fronteira-para-controlar-fluxo.shtml>

¹³ Ver <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/09/1681752-plano-de-cotas-trava-e-europa-cria-barreiras-a-entrada-de-refugiados.shtml>

¹⁴ Ver <https://m.folha.uol.com.br/mundo/2015/09/1681430-hungria-barra-refugiados-na-vespera-de-elevar-pena-para-imigracao-ilegal.shtml>

¹⁵ Ver <https://m.folha.uol.com.br/mundo/2015/09/1681167-alemanha-decide-restabelecer-controle-de-fronteira-ante-onda-de-refugiados.shtml>

¹⁶ Ver <https://m.folha.uol.com.br/mundo/2015/09/1679152-uniao-europeia-planeja-fundo-de-18-bi-para-conter-migracoes.shtml>

¹⁷ Ver <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/09/1676642-crise-de-refugiados-do-leste-poe-em-xeque-o-espaco-unico-europeu.shtml>

A reiteração dos sentidos constitui, a nosso ver, um efeito de poder que atinge não somente o corpo desses sujeitos já afetados pelos conflitos dos quais fogem, mas sua alma, no conceito foucaultiano. O enfrentamento às viagens que os aproximam da morte, à exaustão e à luta pela vida poderia ser o suplício do corpo do migrante, o que representa em alguma maneira o exercício de poder agindo sobre ele, como poderia ser também o suplício da sua alma ao ter-se inserido a ideia de que seu corpo é indesejado, que não é bem-vindo a algum território. Muitos migrantes partem para suas travessias com a incorporação desse saber que foi introduzido não somente quando se depara com as fronteiras, mas antes ainda quando se repercute que eles são a causa do caos. Nesse sentido, caminhamos com Foucault (2014) quando diz que

não se deveria dizer que a alma é uma ilusão, ou um efeito ideológico, mas afirmar que ela existe, que tem uma realidade, que é produzida permanentemente, em torno, na superfície, no interior do corpo pelo funcionamento de um poder que se exerce sobre os que são punidos – de uma maneira mais geral sobre os que são vigiados, treinados e corrigidos, sobre os loucos, as crianças, os escolares, os colonizados, sobre os que são fixados a um aparelho de produção e controlados durante toda a existência (...). Realidade histórica dessa alma, que, diferentemente da alma representada pela teologia cristã, não nasce faltosa e merecedora de castigo, mas nasce antes de procedimentos de punição, de vigilância, de castigo e de coação. Esta alma real e incorpórea não é absolutamente substância; é o elemento onde se articulam os efeitos de um certo tipo de poder e a referência de um saber, a engrenagem pela qual as relações de poder dão lugar a um saber possível, e o saber reconduz e reforça os efeitos de poder. (Foucault, 2014, pp. 32-33)

A colonização do futuro é justamente manter as narrativas cristalizadas a um futuro próximo, é fazer valer os efeitos de poder numa tentativa de dominar o tempo, o espaço e os corpos. Os dispositivos são tanto as fronteiras como as palavras, estas que ao narrar dão visibilidade, mas também contribuem para a vigilância que recai sobre o “outro”, sobre aquele que é dado como diferente. Acrescentamos um pensamento de Mignolo (2011, p. 161) que diz que a epistemologia e diferença coloniais não terminaram com a descolonização da Ásia e da África após a Segunda Guerra Mundial. A colonialidade continua a ser reproduzida no capitalismo global e a ideia de “tempo” continua a nutrir o imaginário que reproduz a diferença colonial. O que pretendemos refletir sobre colonização do futuro pela palavra diz respeito a esta reiteração de narrativas que resultam em uma atualização das relações de poder que se engendraram em outro momento histórico, mas que são corroboradas, mantidas e com potencial de se prolongar.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A Europa tem sido uma referência para se pensar e debater a “crise migratória” ou “crise de refugiados”, pois todo o controle que se apresenta às populações que migram,

especialmente as que buscam refúgio, tem ganhado visibilidade nos meios de comunicação quando estas estão diante de suas fronteiras. Assim, o jornalismo tem exercido o papel de nos trazer os acontecimentos que se desenrolam naqueles espaços fronteiriços. No entanto, neste trabalho propomos pensar que as narrativas que se forjam nessa esteira também trazem os resquícios de uma visão ainda colonial sobre os corpos que se lançam em busca de refúgio. Isso se dá com a reiteração e a repetição de palavras que põem migrantes em vigilância e como potenciais causadores de uma desordem em que esse “outro” é identificado como uma ameaça e, portanto, não é bem-vindo.

Assim, esta reiteração e repetição estão ancoradas em um debate que emerge a partir dos resquícios e dos escombros acumulados com as relações de poder entre a Europa e os países que produzem refugiados atualmente. Elas são também um artifício de manter o tempo colonizado, especialmente o futuro, e o espaço ordenado. Um espaço do “outro” criado a partir de narrativas atravessadas por reminiscências colonialistas, narrativas que, ao (re)produzir geografias do poder, inventam espaços já previamente configurados (Resende, 2014). Nesse sentido, pensamos que a partir das notícias que dão ênfase a determinada produção de sentido, como estabelecer consonância entre refugiados, migrantes, por um lado, e fechamento de fronteiras, medo, risco, por outro, constrói-se através da narrativa um tempo futuro já colonizado onde as diretrizes que regem as diferenças coloniais, apontadas por Mignolo, são desveladas.

O jornalismo, obviamente, não deve deixar de imiscuir-se sobre os controles fronteiriços, especialmente quando se trata de migrantes que buscam refúgios e são impedidos de alcançar o novo território. Contudo, nesse cenário fronteiriço, pensá-lo sob o aspecto de uma colonização do futuro pelas palavras nos impõe o desafio de entender que o jornalismo também é construtor de um tempo inventado narrativamente. E ao inventar esse tempo, o faz através de uma narrativa em que sua luz está direcionada para um espelho do passado. O reflexo ilumina apenas uma parte do ambiente, apenas um dos lados da fronteira.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

REFERÊNCIAS

- ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. (2013). *Global trends forced displacement 2012*. Retirado de <https://www.unhcr.org/statistics/country/51bacbof9/unhcr-global-trends-2012.html?query=global%20trends%202012>
- ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. (2014). *Global trends forced displacement 2013*. Retirado de <https://www.unhcr.org/statistics/country/5399a14f9/unhcr-global-trends-2013.html?query=global%20trends%202013>

- ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. (2015). *Global trends forced displacement 2014*. Retirado de <https://www.unhcr.org/statistics/country/556725e69/unhcr-global-trends-2014.html?query=Global%20Trends%20Forced%20Displacement>
- ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. (2016). *Global trends forced displacement 2015*. Retirado de <https://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/576408cd7/unhcr-global-trends-2015.html>
- ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. (2019). *Global trends forced displacement 2018*. Retirado de <https://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/5do8d7ee7/unhcr-global-trends-2018.html>
- Arendt, H. (2016). A questão da minoria. In J. Kohn & R. H. Feldman (Eds.), *Escritos Judaicos* (pp. 289-299). Barueri, SP: Amarilys.
- Bakhtin, M. (2010). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec.
- Bauman, Z. (2006). *Europa: uma aventura inacabada*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bhabha, H. K. (1998). *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Bosi, A. (2014). *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Charaudeau, P. (2006). *Discursos da mídia*. São Paulo: Contexto.
- Foucault, M. (2014). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Gallas, L. (2013, 04 de novembro). Decolonialidade como o caminho para a cooperação. *Revista Instituto de Humanitas Unisinos On-line*. Retirado de http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=%20article&id=%205253&secao
- Georgiou, M. & Zaborowski, R. (2017). *Media coverage of the “refugee crisis”: a cross-European perspective*. (s.l.): Council of Europe Report.
- Giddens, A. (2002). *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Gomes, M. R. (2004). *Jornalismo e filosofia da comunicação*. São Paulo: Escrituras Editora.
- Gomes, M. R. (2009). Jornalismo: poder disciplinar. *Revista Kairós*, 6, 1-6.
- Gomes, M. R. (2018). *Bordando o manto do mundo: prática jornalística*, Volume 1. São Paulo: ECA-USP.
- Grosfoguel, R. (2007). *Migrantes coloniales caribeños en los centros metropolitanos del sistema-mundo. Los casos de Estados Unidos, Francia, los Países Bajos y el Reino Unido*. Barcelona: CIDOB edicions.
- Haesbaert, R. (2009). Dilemas de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In M. A. Saquet & E. S. Sposito (Eds.), *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos* (pp. 95-120). São Paulo: Editora Expressão Popular.
- Mais de 20 mil migrantes morreram em travessias no Mediterrâneo desde 2014 (2020, 06 de março). *ONU News*. Retirado de <https://news.un.org/pt/story/2020/03/1706451>
- Mbembe, A. (2018). *Crítica da razão negra*. São Paulo: N-1 Edições.
- Mignolo, W. (2005). A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In E. Lander (Ed.), *A colonialidade do saber – eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas* (pp. 35-54). Buenos Aires: CLACSO Livros.

- Mignolo, W. (2011). *The darker side of Western modernity: global futures, decolonial options*. EUA: Duke University Press.
- Mignolo, W. (2017). Conolonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32(94), e329402, 1-18.
- Moradores gregos queimam centro de acolhida para impedir que refugiados o utilizem (2020, 01 de março). *Folha de São Paulo*. Retirado de <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/moradores-gregos-queimam-centro-de-acolhimento-para-impedir-que-refugiados-o-utilizem.shtml>
- Nora, P. (1993). Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, 10, 7-28.
- Quijano, A. (2002). Colonialidade, poder, globalização e democracia. *Novos Rumos*, 17(37), 4-28.
- Resende, F. (2014). The global South: conflicting narratives and the invention of geographies. *IBRAAZ - Contemporary Visual Culture in North Africa and the Middle East*. Retirado de <https://www.ibraaz.org/essays/1111/>
- Resende, F. (2017). Imprensa e conflito: narrativas de uma geografia violentada. In A. T. Peixinho & B. Araújo (Eds.), *Narrativa e media: gênero, figuras e contextos* (1.ª ed.) (pp. 105-136). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Ricoeur, P. (1994). *Tempo e narrativa (tomo 1)*. Campinas, SP: Papirus.
- Sodré, M. (2012). *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis, RJ: Vozes.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Fernando Resende é professor do Departamento de Estudos Culturais e Mídia e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense. Pós-doutorado na School of Oriental and African Studies (SOAS), Universidade de Londres, Inglaterra, 2013. Doutor em Ciências da Comunicação (Universidade de São Paulo), Mestre em Estudos Literários (Universidade Federal de Minas Gerais). Coordenador do TRAVESSIA - Centro de Estudos e Pesquisas do Sul Global (Universidade Federal Fluminense). Professor Visitante na Universidade de Perpignan, França (Erasmus/2014), Universidade Tübingen, Alemanha (DAAD/2015/2017), e Universidade Nacional Autônoma do México, México (UNAM/2016). É pesquisador PQ/CNPq com ênfase nos Estudos da Comunicação, das narrativas de conflito e dos movimentos diaspóricos, atuando principalmente nos seguintes temas: jornalismo, discurso, narrativas, cultura, comunicação, alteridade, conflito, Sul Global, África e Oriente Médio.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7878-4840>

Email: fernandoaresende1501@gmail.com

Morada: Departamento de Estudos Culturais e Mídia, Universidade Federal Fluminense, Niterói/Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Ferreira Agra é doutorando em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF); mestre em Letras: Cultura, Educação e Linguagens (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB) e graduado em Comunicação Social/Jornalismo

(UESB). Como doutorando, fez parte do projeto “Future under Constructions” na Universidade de Tübingen (Alemanha, 2018/2020). Membro do Travessia – Centro de Estudos e Pesquisas do Sul Global. Tem realizado pesquisas sobre jornalismo, narrativas, fronteiras, migração e refúgio.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5546-9349>

Email: ff-agra@hotmail.com

Morada: Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, Brasil

Submetido: 15/04/2020

Aceite: 13/07/2020